

Rio inicia obra de velódromo para os Jogos Olímpicos de 2016

Com quatro meses de atraso, começam as obras da pista de ciclismo

RIO - Com quatro meses de atraso desde o último prazo divulgado, começou nos últimos dias a construção do velódromo que vai abrigar as provas de ciclismo em pista nos [Jogos Olímpicos do Rio/2016](#). Localizada no Parque Olímpico, a estrutura tem orçamento previsto em R\$ 136,9 milhões, praticamente 10 vezes mais do que custou o velódromo dos Jogos Pan-Americanos de 2007. A antiga pista, construída exclusivamente para o Pan ao custo de R\$ 14,1 milhões, porém, não recebeu homologação da UCI (União Ciclista Internacional) por ter um grau de inclinação diferente do exigido para os Jogos Olímpicos e por ter pilares que atrapalhavam a visão do público.

Assim, a pista do Pan foi desmontada no ano passado e segue estocada enquanto aguarda a prefeitura de Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, concluir licitação para transportar os contêineres com o velódromo. Goiânia, que deveria receber a estrutura, acabou por recusá-la por conta dos custos de montagem e manutenção. Já o velódromo olímpico está sendo construído pela Tecnosolo Serviços de Engenharia S.A., vencedora da licitação realizada pela prefeitura, através da Empresa Municipal de Urbanização (RioUrbe) e da Empresa Olímpica Municipal (EOM), com apoio do Ministério do Esporte, que repassará à prefeitura do Rio os R\$ 136,9 milhões para a obra, além de R\$ 7,2 milhões para o custeio de operação por 23 meses.

O terreno onde ficará a estrutura é da prefeitura, enquanto a União arcará com o investimento para a construção do velódromo e das outras três instalações do Parque Olímpico que não fazem parte da Parceria Público-Privada (PPP): Centro de Tênis, Centro Aquático, Arena de Handebol. Ao contrário de outras instalações do Parque Olímpico, o velódromo será permanente, com capacidade para 5 mil lugares fixos e 800 provisórios. A arena de ciclismo também permitirá mudança de configuração para abrigar outros esportes eventualmente.

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, em entrevista em agosto de 2012, garantia que não iria demolir o antigo velódromo. "Podem vir com todo argumento técnico possível do mundo para mim que não vai demolir. Porque é um simbolismo muito ruim começarmos nossa Olimpíada dizendo que uma coisa que teve investimento público será demolida", disse ele na época.

PRÉDIO ANTIGO

Ainda segundo o prefeito, manter o prédio antigo preservaria os R\$ 14 milhões e evitaria o gasto adicional de R\$ 10 milhões, a diferença entre reformar o velho e erguer o novo. "Dá para construir umas quatro escolas na cidade", discursava, na ocasião, Eduardo Paes. Mas, apenas três meses depois, Eduardo Paes mudou de postura e decretou que o velódromo do Pan seria destruído, alegando que o trabalho para reformá-lo seria superior ao gasto extra.

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

Confederação de Ciclismo definiu vencedora de licitação antes de edital, diz TCU

Ao lançar um edital para contratar uma consultoria em ciência do esporte, em 2013, a Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC) definiu antecipadamente quem ganharia a concorrência. Fez o mesmo, naquele mesmo ano, ao abrir edital para contratar consultoria jurídica. Os nomes dos futuros vencedores já constavam nas minutas de contrato elaboradas previamente, conforma revela um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU). Acórdão publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira dá 15 dias para a CBC se explicar.

Estas informações foram reveladas por auditoria realizada em 2015 pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR), a pedido do TCU. Foi constatado que as contratações da Práxis Consultoria e Informação Desportiva e da Sport Training Consultoria e Eventos "não seguiram os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". A auditoria serviu de base para o relatório do TCU.

"Os nomes das duas empresas convidadas já estavam escritos nas minutas de contrato previamente elaboradas aos respectivos editais", aponta a auditoria. Em seu voto, o relator do processo, o ministro Vital do Rêgo, do TCU, aponta que a Sport Training assinou a minuta de contrato de consultoria em ciência do esporte por R\$ 168 mil, em 18 de janeiro de 2013, três dias antes das outras concorrentes apresentarem suas propostas. A própria vencedora do edital só fez sua proposta em 18 de fevereiro daquele ano.

A Sport Training é representada nos relatórios de prestação de serviço por Antônio Carlos Gomes, superintendente de alto rendimento da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). Já o coordenador do trabalho é Francisco Cusco y Florencio, que à época da contratação já era diretor de alto rendimento na CBC.

A auditoria aponta que o relatório anual de atividades da Sport Training inicia com a informação de que o departamento de alto rendimento da CBC teria sido criado por sugestão da Sport Training. O departamento, porém, existia desde 2012, pelo menos, já a cargo de Cusco.

"Assim, os indícios de montagem de licitação teriam por objetivo a contratação de empresa apenas para simular a prestação de serviços que já eram realizados pela diretoria de alto rendimento da CBC. Com isso, fica evidenciada a existência de execução fraudulenta dos recursos envolvidos", aponta a auditoria.

Seria o mesmo caso da contratação da Práxis, que comprovou os serviços realizados apresentando ao TCU troca de e-mails nas quais o presidente da empresa assina na qualidade de "assessor jurídico da CBC". A Lei Agnelo/Piva veta a utilização dos seus recursos para pagamento de pessoal.

Acolhendo o voto de Rêgo, os ministros do TCU rejeitaram aplicar multa à CBC, por enquanto, esperando a oitiva da entidade, que tem 15 dias para se explicar. Para a Secex-PR, a "responsabilidade pelo débito, correspondente ao valor integral do contrato desnecessariamente firmado, recai solidariamente sobre o presidente da CBC, José Luiz Vasconcellos, e sobre o presidente da Comissão Permanente de Licitação da entidade, Lúcio Orlando Coser, e a empresa contratada".

Uma das concorrentes era a Promo Total, da professora de educação física da prefeitura do Rio Andrea D'Aiuto dos Santos Martins, como professora de educação física do ensino fundamental da prefeitura daquela cidade (peça 111). A empresa tem como atividade econômica "artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente".

A outra, Psisport Consultoria Esportiva, tem como atividade econômica principal "atividades de psicologia e psicanálise" e, como atividades secundárias, acupuntura, nutrição e fisioterapia. "Não há o que se enquadre nos objetivos da contratação, voltada para o treinamento técnico da modalidade de ciclismo, para fins de preparação de atletas para competições nacionais e internacionais", aponta o relatório.

Também chamou a atenção o fato, constante na ata da licitação, de que os concorrentes "entregaram a documentação e se ausentaram". Os auditores acharam curioso que eles não tenham demonstrado interesse em conhecer o resultado da licitação de que participaram.